

A Infância das crianças bolivianas na fronteira Brasil- Bolívia: vivências, territorialidades e direitos em contextos transfronteiriços


The childhood of Bolivian children on the Brazil–Bolivia border: experiences, territorialities, and rights in transborder contexts

La infancia de las niñas y los niños bolivianos en la frontera Brasil–Bolivia: vivencias, territorialidades y derechos en contextos transfronterizos

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos¹

 [0000-0003-2333-7856](https://orcid.org/0000-0003-2333-7856)

Lucilene Machado Garcia Arf²

 [0000-0001-7870-3636](https://orcid.org/0000-0001-7870-3636)

Resumo: Na fronteira oeste entre Brasil e Bolívia, crianças bolivianas atravessam cotidianamente o limite internacional para estudar em escolas brasileiras e, muitas vezes, acompanhar seus pais em atividades de trabalho. Nesses deslocamentos, não circulam apenas corpos e documentos, mas também brincadeiras, linguagens e modos de viver a infância. O artigo analisa as vivências de crianças bolivianas na fronteira Brasil–Bolívia, considerando suas práticas lúdicas, territorialidades e o acesso a direitos, especialmente à educação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza documental e observacional, sem realização de entrevistas. Os resultados indicam que, apesar das garantias legais, persistem obstáculos burocráticos, linguísticos e situações de discriminação, ao mesmo tempo em que as crianças produzem formas próprias de habitar a fronteira, ressignificando a escola, a cidade e o cotidiano por meio do brincar.

Palavras-chave: Infância. Fronteira oeste. Crianças bolivianas. Educação. Brincar

Abstract: On the western border between Brazil and Bolivia, Bolivian children cross the international boundary daily to attend Brazilian schools and, in many cases, to accompany their parents to work. In these movements, not only bodies and documents circulate, but also games, languages, and ways of experiencing childhood. This article analyzes the experiences of Bolivian children on the Brazil–Bolivia border, focusing on their playful practices, territorialities, and access to rights, especially education. The study adopts a qualitative, documentary, and observational approach, without interviews. The findings show that, despite legal guarantees, bureaucratic, linguistic, and discriminatory barriers persist, while children actively produce their own ways of inhabiting the border through play and everyday practices.

Keywords: Childhood. Western border. Bolivian children. Education. Play.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Pós-Doutoranda em Fronteiras Andinas pela Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Jujuy (UNJ), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Professora da Rede Municipal de Corumbá - Mato Grosso do Sul. *Lattes:* [8127433421238813](https://lattes.cnpq.br/8127433421238813) - *E-mail:* tarissamarques@gmail.com.

² Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp/São José do Rio Preto. Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da mesma instituição de ensino superior. *Lattes:* [7004208535243731](https://lattes.cnpq.br/7004208535243731) - *E-mail:* lucilene.arf@ufms.br.

Resumen: En la frontera oeste entre Brasil y Bolivia, niñas y niños bolivianos cruzan diariamente el límite internacional para asistir a escuelas brasileñas y, en muchos casos, acompañar a sus padres en actividades laborales. En estos desplazamientos no circulan solo cuerpos y documentos, sino también juegos, lenguajes y formas de vivir la infancia. El artículo analiza las experiencias de la infancia boliviana en la frontera Brasil–Bolivia, considerando prácticas lúdicas, territorialidades y acceso a derechos, especialmente a la educación. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter documental y observacional, sin entrevistas. Los resultados muestran que, pese a las garantías legales, persisten barreras burocráticas, lingüísticas y situaciones de discriminación, mientras las niñas y los niños producen formas propias de habitar la frontera a través del juego.

Palabras-clave: Infancia. Frontera oeste. Niñez boliviana. Educación. Juego.

*

Introdução

As fronteiras internacionais na América Latina constituem territórios de circulação intensa, nos quais deslocamentos cotidianos produzem modos específicos de viver, habitar e pertencer. A fronteira entre Corumbá, no Brasil, e Puerto Quijarro, na Bolívia, não se reduz a uma linha que separa dois países. Trata-se de um território vivido, atravessado diariamente por fluxos intensos de pessoas, mercadorias e histórias que se entrelaçam no cotidiano. Nesse espaço, marcado por desigualdades socioeconômicas, grande parte da população encontra no comércio fronteiro e em atividades informais formas de sustento, revelando uma dinâmica econômica que escapa às leituras formais do trabalho.

Ao mesmo tempo, essa fronteira é profundamente marcada por presenças indígenas andinas, especialmente quéchuas e aimaras, e por migrantes internos bolivianos que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Essas trajetórias produzem um cenário intercultural denso, onde línguas se misturam, práticas sociais se cruzam e modos de viver se negociam diariamente. É nesse tecido vivo de encontros e tensões que as crianças circulam, aprendem e constroem suas experiências, inscrevendo a infância no próprio movimento da fronteira. Nesta fronteira oeste, especialmente no eixo urbano que conecta Corumbá e Puerto Quijarro, a presença de crianças bolivianas revela dinâmicas pouco visibilizadas pelas políticas públicas e pela produção acadêmica. Essas crianças atravessam diariamente o limite

internacional para frequentar escolas brasileiras e, em muitos casos, acompanham seus pais em atividades de trabalho, compondo um cotidiano marcado por mobilidade, interculturalidade e desigualdades.

Nesse contexto, a infância não se restringe aos espaços tradicionalmente pensados como próprios das crianças, como a escola ou o lar, mas se constrói em trânsito, entre a rua, a fronteira, o trabalho dos adultos e os territórios institucionais. As crianças bolivianas na fronteira oeste vivem uma infância atravessada por normas estatais, práticas escolares, exigências econômicas e, simultaneamente, por brincadeiras, jogos, linguagens híbridas e formas singulares de sociabilidade que acompanham seus deslocamentos cotidianos.

A fronteira, nesse sentido, não se apresenta apenas como linha de separação entre Estados nacionais, mas como espaço vivido, produzido e ressignificado pelas experiências infantis. Nesse sentido, como destacam Baller & Hahn (2017), a fronteira deve ser compreendida como um fenômeno histórico em permanente elaboração, marcado pelas práticas sociais que se desenvolvem em seu interior, especialmente pelos fluxos humanos e pelas dinâmicas cotidianas que a constituem. Ao atravessarem diariamente o território fronteiriço, essas crianças constroem relações de pertencimento que desafiam leituras homogêneas de infância, cidadania e nacionalidade.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o direito à educação independentemente da nacionalidade, a vivência cotidiana dessas crianças revela tensões entre o direito formal e as práticas institucionais. Barreiras burocráticas, dificuldades linguísticas, experiências de discriminação e invisibilização institucional coexistem com estratégias familiares e infantis de resistência, adaptação e criação de vínculos nos espaços escolares e urbanos da fronteira.

Este artigo tem como objetivo analisar a infância das crianças bolivianas na fronteira oeste Brasil–Bolívia, considerando suas vivências cotidianas, práticas de circulação, experiências escolares e formas de produção de territorialidades, com ênfase no direito à educação. Parte-se da compreensão de que as crianças são sujeitos sociais ativos, cujas experiências permitem repensar a fronteira como espaço pedagógico, cultural e político.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza documental e observacional, sem realização de entrevistas, fundamentada na análise de

legislações, políticas públicas, dados oficiais e na observação do cotidiano fronteiriço. Ao colocar as crianças bolivianas no centro da análise, o estudo busca contribuir para os debates sobre infância e fronteira, deslocando olhares adultocêntricos e nacionalizantes e evidenciando que a infância, na fronteira oeste, se constrói em movimento, no entre-lugar, onde direitos, brincadeiras e vidas atravessam juntos.

Bolívia e as concepções de infância: quem são as crianças que atravessam a fronteira

A Bolívia constitui-se historicamente como um país marcado pela forte presença indígena, cuja organização social, cultural e política se estrutura a partir de matrizes comunitárias e coletivas. A autodefinição do Estado boliviano como plurinacional expressa o reconhecimento da diversidade de povos originários e de seus modos próprios de relação com o território, com o trabalho, com a vida comunitária e com os processos de socialização. Como afirma Rivera Cusicanqui (2010), trata-se de uma sociedade na qual os saberes indígenas não pertencem apenas ao passado, mas permanecem vivos no cotidiano, nas práticas sociais e nas formas de organização da vida.

Nesse contexto, as concepções de infância na Bolívia se afastam de modelos universalizantes e escolarizados, fortemente marcados por uma separação rígida entre o mundo adulto e o mundo infantil. É importante destacar que a infância boliviana não se apresenta como uma experiência homogênea. As crianças que atravessam cotidianamente a fronteira são atravessadas por pertencimentos étnicos diversos, especialmente de matriz andina, como quéchuas e aimaras, cujas formas de socialização, organização familiar e relação com o território produzem modos distintos de viver a infância. Nessas comunidades, a participação das crianças nas atividades coletivas, nas dinâmicas familiares e nos espaços públicos não se configura como ruptura da infância, mas como parte constitutiva de sua formação social, evidenciando processos de aprendizagem que se constroem na vida comunitária e na convivência intergeracional (Rivera Cusicanqui, 2010).

Ao não considerar essas especificidades, corre-se o risco de produzir uma leitura homogeneizante que invisibiliza as múltiplas formas de ser criança no contexto boliviano. Como argumenta Sarmiento (2007), a infância deve ser compreendida como uma construção social e cultural, atravessada por contextos históricos e territoriais específicos. No caso das

infâncias andinas e fronteiriças, essas construções se dão a partir de relações comunitárias, intergeracionais e interculturais que desafiam modelos universais de infância.

Na fronteira, essas diferenças não desaparecem; ao contrário, entram em diálogo, tensão e negociação com outras matrizes culturais, especialmente aquelas presentes no contexto brasileiro.

Em muitos territórios indígenas, populares e fronteiriços, a criança é compreendida como parte ativa da comunidade, participando da vida cotidiana por meio da convivência intergeracional, da circulação pelos espaços coletivos e da inserção nas dinâmicas familiares e comunitárias. Essa perspectiva dialoga com o que Walsh (2009; 2013) denomina de *interculturalidade crítica*, ao reconhecer outras racionalidades, temporalidades e formas de viver a infância que desafiam as narrativas hegemônicas produzidas a partir de matrizes coloniais.

A presença das crianças nos espaços públicos, nas atividades produtivas da família, nas festas, nos rituais e nos deslocamentos cotidianos não é interpretada, nesses contextos, como ausência de cuidado ou violação de direitos. Ao contrário, constitui um processo de aprendizagem social e cultural no qual as crianças constroem saberes por meio da observação, da participação e da experiência compartilhada. Tal compreensão rompe com leituras moralizantes da infância e permite situá-la como uma experiência situada, territorializada e relacional.

Na fronteira oeste Brasil–Bolívia, essas concepções ganham contornos específicos. As crianças bolivianas que atravessam cotidianamente a fronteira carregam consigo formas de viver a infância forjadas em um país de matriz indígena e comunitária, reescrevendo essas experiências em um território transfronteiriço marcado por encontros, tensões e negociações culturais. Assim, compreender quem são essas crianças implica reconhecer que suas infâncias se constroem no entre-lugares da fronteira, articulando pertencimentos, saberes e práticas que não se ajustam plenamente aos modelos institucionais e escolarizados vigentes do lado brasileiro.

A compreensão da infância nos países latino-americanos exige o reconhecimento de que as formas de viver, cuidar, educar e significar a criança foram historicamente atravessadas pelos processos de colonização. A imposição de modelos europeus de infância,

baseados na escolarização obrigatória, na separação rígida entre os mundos adulto e infantil e na centralidade da família nuclear, produziu hierarquizações que deslegitimam outras formas de socialização existentes nos territórios colonizados. Como discutido anteriormente, a infância, nesses contextos, “[...] não pode ser compreendida como uma categoria universal e homogênea, pois se constrói a partir de marcadores históricos, culturais e territoriais específicos” (Santos, 2024, p. 42).

Nos países latino-americanos, especialmente aqueles marcados pela presença indígena e comunitária, a infância se constitui em estreita relação com o território, com a vida coletiva e com a participação cotidiana nas dinâmicas familiares e sociais. Trata-se de infâncias que se produzem na convivência intergeracional, na circulação pelos espaços públicos e na partilha de responsabilidades, saberes e práticas culturais. Nesse sentido, conforme já apontado, “[...] a infância boliviana se organiza a partir de uma lógica comunitária, na qual as crianças participam ativamente da vida social, sem que isso signifique a negação de sua condição infantil” (Santos, 2024, p. 44).

Essas concepções tensionam diretamente os modelos hegemônicos de infância produzidos a partir do Norte Global, que associam o ser criança à tutela permanente, à proteção institucional e à separação dos espaços adultos. Como enfatiza Santos (2024, p. 46), “[...] a presença das crianças nos espaços públicos, no trabalho familiar e nos deslocamentos cotidianos não deve ser interpretada de forma moralizante, mas compreendida como parte dos processos de aprendizagem social e cultural”. Essa leitura permite deslocar a infância do lugar da carência ou da inadequação e situá-la como experiência social legítima, ainda que atravessada por desigualdades.

No caso específico da Bolívia, país de matriz indígena e reconhecido constitucionalmente como Estado Plurinacional, essas concepções de infância permanecem vivas no cotidiano, nos gestos, nas práticas comunitárias e nas formas de circulação das crianças. Ao transpor essas experiências para o contexto da fronteira oeste Brasil–Bolívia, observa-se que as crianças bolivianas que atravessam diariamente a fronteira carregam consigo essas formas de viver a infância em um território marcado por normas estatais, dispositivos institucionais e relações interculturais. Como já discutido, trata-se de uma infância que “[...] se expressa em movimento, em circulação, produzindo sentidos que

desafiam leituras fixas, escolarizadas e eurocentradas do que significa ser criança” (Santos, 2024, p. 49).

Assim, ao articular as contribuições do debate latino-americano sobre infância com a produção recente sobre a infância na Bolívia, este artigo desloca o olhar para a infância boliviana transfronteiriça, evidenciando como os processos de colonização continuam a produzir tensões, mas também como as crianças constroem práticas de resistência, reexistência e reinvenção no cotidiano da fronteira.

O brincar que atravessa a fronteira: infâncias em movimento

Nas experiências das crianças bolivianas que vivem na fronteira oeste Brasil–Bolívia, o brincar atravessa os mesmos caminhos que seus corpos. A brincadeira não é apenas uma atividade eventual ou condicionada por espaços específicos, mas uma dimensão constitutiva da infância. Trata-se de uma disposição inerente ao ser criança, por meio da qual ela se relaciona com o mundo, interpreta a realidade e produz sentidos sobre sua experiência social. Como afirma Manuel Jacinto Sarmiento (2007), o brincar integra as culturas da infância e constitui uma forma própria de expressão e comunicação infantil.

Embora o impulso para brincar seja próprio da infância, suas formas de manifestação são profundamente atravessadas pelos contextos sociais, culturais e territoriais em que as crianças vivem. Nesse sentido, o brincar não se restringe a espaços institucionalizados, tampouco obedece a limites territoriais rígidos. Ele emerge nas ruas, nas feiras, nos pontos de espera e nos trajetos cotidianos entre um país e outro, configurando-se como prática social situada. Para Gilles Brougère (2010), o brincar é ao mesmo tempo universal e cultural: todas as crianças brincam, mas brincam de modos distintos, conforme os contextos em que estão inseridas.

As crianças bolivianas que atravessam a fronteira levam consigo jogos, gestos, palavras e modos de brincar, recriando os espaços por onde passam. Brinca-se enquanto se espera, enquanto os adultos trabalham, enquanto se circula pela cidade. O brincar não se separa da vida cotidiana, mas se imbrica às rotinas familiares e às dinâmicas do território, funcionando como linguagem própria da infância. Nesse processo, as crianças não apenas reproduzem práticas culturais existentes, mas criam culturas infantis próprias, como destaca

William Corsaro (2011), ao afirmar que as crianças são agentes ativos na produção social da cultura.

Essas brincadeiras são marcadas por atravessamentos interculturais. Palavras em espanhol e português se misturam, regras são negociadas e referências culturais circulam entre crianças de diferentes origens. O brincar torna-se, assim, um espaço privilegiado de convivência e negociação simbólica, no qual as crianças constroem pertencimentos e ressignificam o território fronteiriço. Como já indicava Johan Huizinga (2000), o jogo é um elemento fundamental da cultura humana, capaz de produzir vínculos, sentidos e formas de organização social.

Ao brincar, as crianças elaboram suas experiências de mobilidade, diferença e fronteira. Mesmo em contextos atravessados por normas, controles e assimetrias, o brincar afirma a condição infantil e cria brechas de liberdade, invenção e resistência simbólica. Compreender o brincar como dimensão inerente à infância e, ao mesmo tempo, como prática cultural situada, permite reconhecer que as crianças bolivianas não apenas atravessam a fronteira, mas a transformam em território vivido, lúdico e significativo.

No cotidiano das crianças bolivianas que atravessam a fronteira oeste, as brincadeiras constituem um dos principais meios de socialização e de apropriação dos espaços que frequentam. De acordo com Sarmiento (2007), o brincar integra as culturas da infância e representa uma forma própria de expressão e organização social infantil. Assim, jogos de correr, pega-pega, esconde-esconde, brincadeiras com bola, cantigas, jogos de imitação e criações improvisadas com objetos disponíveis emergem tanto nos espaços públicos quanto no ambiente escolar, acompanhando as crianças nos deslocamentos diários entre Brasil e Bolívia.

Conforme argumenta Brougère (2010), embora o impulso para brincar seja uma dimensão universal da infância, suas formas são culturalmente situadas e atravessadas pelos contextos em que as crianças vivem. Na fronteira, essas práticas lúdicas são continuamente recriadas, misturando línguas, regras e referências culturais. O brincar, portanto, não se limita a momentos específicos ou a espaços delimitados, mas atravessa a experiência transfronteiriça como linguagem cotidiana de produção de sentidos.

A escola, nesse contexto, não se constitui apenas como espaço de socialização, mas também como território de tensões e negociações culturais. Conforme apontam Arf & Velasque (2017), o cotidiano escolar na fronteira é atravessado por situações de conflito, discriminação e dificuldades de adaptação, especialmente entre alunos de diferentes nacionalidades que compartilham o mesmo ambiente educativo. Estudos realizados na fronteira Brasil–Bolívia demonstram que, apesar das dificuldades institucionais no reconhecimento das infâncias migrantes, são as interações mediadas pelo brincar que possibilitam experiências de pertencimento e visibilidade (Zaim de Melo & Duarte, 2025). O recreio, os intervalos e os momentos informais tornam-se territórios privilegiados de convivência.

Nesse cenário, as crianças bolivianas precisam lidar não apenas com a travessia física entre países, mas também com deslocamentos culturais, linguísticos e identitários que impactam suas formas de interação, aprendizagem e pertencimento. Ainda assim, é justamente nesse espaço marcado por tensões que emergem práticas de convivência, negociação e criação, nas quais o brincar se afirma como linguagem privilegiada das infâncias em movimento.

Conforme destaca Corsaro (2011), às crianças não apenas reproduzem a cultura adulta, mas produzem culturas próprias a partir das interações entre pares. Na fronteira oeste, essa produção cultural se evidencia na negociação das regras dos jogos, na alternância entre português e espanhol e na incorporação de elementos das duas cidades. O brincar transforma-se, assim, em espaço de interculturalidade vivida.

Nessa perspectiva, o jogo não é mero entretenimento. Como já indicava Huizinga (2000), o brincar possui caráter estruturante da vida cultural e social. Ao transformar espaços escolares e urbanos em territórios lúdicos, as crianças bolivianas afirmam sua condição infantil e produzem sentidos sobre a experiência de fronteira. Essa leitura dialoga ainda com Santos (2024), ao compreender a infância boliviana como experiência situada, relacional e atravessada por territorialidades específicas.

No cotidiano da fronteira, essa infância pendular produz práticas concretas que evidenciam a presença do brincar em espaços não convencionais. Durante os deslocamentos diários entre Bolívia e Brasil, é possível observar crianças que transformam o tempo de

espera nos pontos de travessia em tempo lúdico, organizando jogos de corrida, disputas corporais e brincadeiras de perseguição, apropriando-se de calçadas, ruas e espaços de circulação como territórios de jogo.

Muitas crianças bolivianas não deixam suas brincadeiras do lado de fora da escola. Elas entram na sala de aula carregando consigo as corridas improvisadas no caminho, os desafios de quem pula mais alto, as cantigas aprendidas com irmãos e primos, as disputas com bolinhas, tampinhas ou pedaços de papel transformados em bola. Entre uma atividade e outra, surgem cochichos que viram jogo de adivinhação, palavras misturadas em português e espanhol que se transformam em rimas, desenhos compartilhados que prolongam as histórias iniciadas no recreio.

As brincadeiras se entrelaçam: o pega-pega vira competição silenciosa de quem termina primeiro a tarefa; o esconde-esconde reaparece na troca de olhares cúmplices; a brincadeira de imitar adultos transforma-se em dramatização espontânea de cenas do cotidiano da feira, do comércio ou da travessia da fronteira. Há também jogos de imaginação em que a sala se converte em ônibus, ponte ou posto de controle, revelando como o território atravessado diariamente é reelaborado simbolicamente pelas crianças.

Mesmo quando a rotina escolar impõe organização e silêncio, o brincar encontra frestas. Ele se manifesta nos gestos, nos risos contidos, nas pequenas invenções que tornam o espaço formal mais próximo da vida vivida fora da escola. Assim, a sala de aula não é apenas lugar de conteúdos e avaliações, mas também território onde as experiências infantis se reorganizam, se cruzam e se reinventam. Ao entrelaçar brincadeiras trazidas da rua, da casa e da travessia cotidiana, as crianças bolivianas transformam o espaço escolar em extensão de sua própria territorialidade, afirmando uma infância que circula, mistura e cria.

Entre crianças bolivianas, observa-se também a presença de jogos tradicionais como o t'oqoyt'oqola, no qual pequenas pedras ou grãos são lançados e conduzidos até um buraco no solo, exigindo destreza e coordenação, bem como jogos com bolinhas, conhecidos em outros contextos latino-americanos como metras, que envolvem competição, estratégia e negociação entre pares (Itaka Escolapios, 2019).

A fronteira, para as crianças que a atravessam diariamente, deixa de ser apenas um limite político-administrativo e passa a constituir-se como espaço de pertencimento. O que

para o Estado aparece como linha divisória, para elas se converte em território vivido, incorporado ao cotidiano e às experiências de socialização. A repetição da travessia transforma o deslocamento em rotina, e a rotina produz familiaridade. Assim, o espaço fronteiro deixa de ser exceção e torna-se parte integrante da própria infância.

Figura 1 – A fronteira como território vivido pelas infâncias transfronteiriças



Fonte: elaboração das autoras, 2025.

Essas crianças constroem territorialidades que não se organizam a partir da lógica binária de “aqui” e “lá”. Conforme argumenta Haesbaert (2004; 2014), os sujeitos podem vivenciar múltiplas territorialidades simultaneamente, produzindo pertencimentos que não se restringem a um único espaço fixo. No caso das crianças bolivianas na fronteira oeste, o pertencimento não se fixa exclusivamente em um dos países, mas se distribui nas experiências acumuladas ao longo dos trajetos diários. Elas habitam o entre-lugar, reconhecendo referências, pessoas, sons, idiomas e práticas culturais em ambos os lados da fronteira.

Nesse contexto, a noção de infâncias pendulares torna-se interessante para compreender essa experiência. A migração pendular constitui característica marcante da fronteira oeste, incluindo crianças que cruzam frequentemente a linha internacional para acessar serviços, especialmente a escola (Tavano *Et al.*, 2024). Muitas dessas crianças possuem documentação brasileira, mas residem na Bolívia e mantêm vínculos cotidianos com seu país de origem, sendo identificadas nas instituições escolares pela fluência em espanhol e por traços culturais bolivianos. Essa condição evidencia uma mobilidade que desafia os registros burocráticos e revela uma infância que se constrói na circulação constante entre territórios.

Ao atravessarem cotidianamente esse espaço, essas crianças produzem sentidos próprios sobre o território. Aprendem os ritmos da cidade, os horários, os fluxos, os caminhos mais rápidos e os pontos de encontro. A noção de *multiterritorialidade* proposta por Haesbaert (2004) permite compreender que o deslocamento constante não implica desenraizamento; ao contrário, amplia as formas de pertencimento e complexifica a experiência territorial. A infância pendular, nesse sentido, não é fragmentada, mas expandida.

Dessa forma, a fronteira não é apenas cenário de passagem, mas parte constitutiva da identidade dessas crianças. É no movimento repetido, nos vínculos estabelecidos e nas experiências compartilhadas que o espaço se transforma em lugar. Para aquelas que atravessam diariamente, a fronteira é também território de infância, um lugar construído na circulação.

Considerações Finais

A análise da infância boliviana na fronteira oeste Brasil–Bolívia permite compreender que a experiência infantil nesse território não pode ser reduzida à condição migratória ou à inserção escolar. As crianças que atravessam diariamente a fronteira produzem territorialidades próprias, constroem pertencimentos múltiplos e transformam a mobilidade em parte constitutiva de sua vivência cotidiana. A travessia deixa de ser evento excepcional e passa a integrar a rotina, configurando uma infância em circulação.

A noção de infâncias pendulares contribui para deslocar leituras fixas sobre migração e identidade, evidenciando que essas crianças habitam simultaneamente diferentes espaços

sociais e culturais. Ao vivenciarem múltiplas territorialidades, não experimentam necessariamente fragmentação, mas ampliam seus horizontes de pertencimento. A fronteira, nesse contexto, não se apresenta apenas como linha divisória, mas como espaço relacional, atravessado por fluxos, vínculos e práticas compartilhadas.

O brincar emerge como dimensão central dessa experiência. Ao atravessar a rua, a ponte, a escola e os espaços urbanos, as brincadeiras acompanham as crianças, revelando que a infância se afirma mesmo em contextos marcados por controles e normativas estatais. A escola, embora por vezes limitada em sua capacidade de reconhecer plenamente as especificidades culturais dessas infâncias, configura-se também como espaço de socialização e produção de culturas infantis que tensionam lógicas homogeneizantes.

Dessa forma, compreender a infância boliviana na fronteira implica reconhecer que essas crianças não são apenas usuárias de serviços ou acompanhantes de adultos, mas sujeitos ativos que produzem sentidos sobre o território. Elas transformam a fronteira em lugar vivido, constroem experiências interculturais cotidianas e evidenciam que o pertencimento pode se constituir na circulação. A infância, nesse cenário, não está à margem da fronteira: *ela a atravessa, a habita e a reinventa.*

Referências

Arf, Lucilene Machado Garcia; Velasque, Sabrina Rodrigues. O cotidiano dos professores e alunos pertencentes às escolas de fronteira. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 103–114, 2017.

Baller, Leandro; Hahn, Fábio André. Pensar as fronteiras a partir das fronteiras. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 7–13, 2017.

Brougère, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

Corsaro, William A. **Sociologia da infância**. 2ª Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2011.

Haesbaert, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Haesbaert, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Huizinga, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2000.

Itaka Escolapios. Brincar: atividades – campanha de solidariedade (curso 2019/2020). Cidade: Zaragoza, Espanha. Disponível em: <https://www.educa.itakaescolapios.org>. Acesso em: 27 abr. 2026.

Rivera Cusicanqui, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

Santos, Tarissa Marques Rodrigues dos. A infância na Bolívia: uma perspectiva decolonial. **Perspectivas em Diálogo**, v. 11, p. 41–50, 2024.

Sarmiento, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: Sarmiento, Manuel Jacinto; Gouvea, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 361-378.

Tavano, Patrícia Teixeira; Santos, Tarissa Marques Rodrigues dos; Mancilla Barreda, Suzana Vinicia; Conde, Mariana Vaca. Educar em fronteiras internacionais. **Revista Tempo do Mundo**, n. 35, p. 119–145, 2024.

Walsh, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial. In: Walsh, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales**. Quito: Abya-Yala, 2009. p. 167-181.

Walsh, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. In: Castro-Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2013. p. 133-144.

Zaim-de-Melo, Rogério; Duarte, Rosália. Maria. A escola e as (in)visibilidades de crianças fronteiriças na tríplice fronteira Brasil–Bolívia–Paraguai. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 1, p.1-11, 2025.

Submetido em: 10 de fevereiro de 2026

Avaliado em: 25 de março de 2026

Aceito em: 23 de abril de 2026